

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 3/2018
NOME: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO SA

(x) agente econômico
() consumidor ou usuário

() representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Tomada Pública de Contribuições sobre a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.

ASSUNTO	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Vedação da verticalização direta e indireta;	No momento atual de mercado, onde ainda existem diversas distorções concorrenciais e tributárias que causam diversos desequilíbrios na competição, a Ipiranga entende que deve ser mantida a atual vedação da verticalização direta e indireta.	<p>i) O modelo atual no mercado de abastecimento de combustíveis brasileiro segue a lógica mundial de abastecimento de quaisquer produtos, onde não há verticalização de toda a indústria.</p> <p>ii) A prova de que o modelo atualmente existente garante a concorrência é a existência de diversos players em cada um destes segmentos, sem barreiras de entradas práticas para novos players:</p> <p>a) na distribuição existem mais de 100 distribuidoras no país, algumas atuando em nível nacional e múltiplas distribuidoras atuando em nível local;</p> <p>b) são aproximadamente 400 Transportadores-Revendedores-Retalhistas atuando no Brasil; e</p> <p>c) existem aproximadamente 40 mil postos revendedores, que possuem liberdade de eleger ou não um distribuidor de combustíveis exclusivos.</p>

		<p>iii) A segmentação de responsabilidades referentes ao abastecimento de combustíveis em diferentes elos determinados da cadeia permite que os objetivos da Política Energética Nacional sejam mantidos e que a negociação contratual entre as entidades participantes destes diferentes elos seja feita de forma competitiva, trazendo ao consumidor final os benefícios decorrentes de um modelo concorrencial.</p> <p>iv) Modelo atualmente em vigor garante a capilaridade, ou seja, o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, com índices de qualidade de nível internacional.</p>
<p>Vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores;</p>	<p>Manter a atual vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores</p>	<p>i) Sonhegação fiscal existente tende a aumentar significativamente com o aumento dos agentes/transações sujeitos à fiscalização que surgirão com a eliminação da obrigatoriedade da participação da distribuidora na cadeia de comercialização</p> <p>ii) Antes de eventual alteração é necessária uma adaptação da legislação fiscal referente ao etanol e Convênio ICMS 54</p> <p>iii) A participação das distribuidoras na cadeia é mais do que a venda para os revendedores. São as distribuidoras que na prática mantêm a garantia de abastecimento exigida pela ANP, o estoque mínimo, contratos de arandro, dentre outros pontos críticos para o cumprimento da Política Energética Nacional.</p> <p>iv) Incerteza sobre capacidade de abastecimento do novo modelo em momentos de crise, em contraposição ao modelo atual.</p>

		<p>v) Distribuidoras são responsáveis pelas misturas de gasolina e diesel - sua retirada do elo impactará negativamente a garantia de conformidade destas misturas e segurança nos procedimentos. Caso a manipulação seja realizada diretamente pelos produtores, haverá um provável impacto significativo na homogeneização dos combustíveis, e, além disso, caso a manipulação seja realizada pelos revendedores, suas limitações técnicas representarão uma ameaça não só à homogeneização mas também à qualidade dos processos.</p>
<p>Modificações no Arcabouço Regulatório dos TRRs:</p> <p>1 - Vedação de que os TRRs comercializem outros combustíveis, além de óleo diesel;</p> <p>2 - Manutenção da obrigatoriedade de que os TRRs comprem diretamente de distribuidores;</p> <p>3 - Manutenção das limitações de comercialização para distribuidores e TRRs no que se refere aos pontos de abastecimento nos termos da Resolução ANP n° 34, de 1º de novembro de 2007.</p>	<p>A extinção das proibições e obrigatoriedades impostas à atividade do TRR pode ser realizada desde que o TRR se regularize a exercer a atividade de distribuição de combustíveis</p>	<p>i) O arcabouço regulatório atual, a origem e a racionalidade das restrições existentes mostraram que não há motivos de conveniência e oportunidade para as alterações propostas no quadro regulatório em vigor.</p> <p>ii) A atividade de TRR, como se sabe, é regulamentada pela Resolução ANP n° 8, de 6 de março de 2007, que estabelece os requisitos necessários para a autorização necessária ao exercício da atividade. Conforme se compreende dessa norma, a atividade de TRR abrange as seguintes operações: (i) aquisição de combustíveis a granel exclusivamente de distribuidor autorizado pela ANP; (ii) aquisição de óleos lubrificantes e de graxas envasados também exclusivamente de distribuidor autorizado pela ANP; (iii) o armazenamento, o transporte, a revenda a retalho com entrega ao consumidor; e (iv) o controle de qualidade e a assistência técnica ao consumidor quando da comercialização de combustíveis.</p> <p>iii) A norma também explicita o que não pode ser objeto da atividade do TRR. Nesse sentido, é vedada a comercialização, por TRR, de gás liquefeito de petróleo (GLP), de gasolinas automotivas, de álcool etílico combustível para fins automotivos, de biodiesel e mistura de biodiesel não especifica pela ANP, de combustíveis de</p>

avição, de gás natural e gás natural veicular, comprimido e/ou liquefeito.

iv) Constituem requisitos mínimos para o exercício da atividade de TRR: ser empresa, constituída sob as leis brasileiras, possuir autorização da ANP e comprovar que possui pelo menos uma instalação de armazenamento autorizada pela Agência a operar, assegurada a capacidade mínima de 45 m³ (quarenta e cinco metros cúbicos), de uso exclusivo do TRR. O agente econômico interessado em exercer a atividade de TRR também deverá comprovar que dispõe de, no mínimo, três caminhões-tanque, próprios ou arrendados mercantilmente, com capacidade total mínima de 30 m³ (trinta metros cúbicos).

v) Neste contexto, a figura do TRR surgiu historicamente com a necessidade de promover maior capilaridade na entrega do combustível a clientes localizados em regiões remotas, atendendo a uma franja de mercado que não seria suprida pela malha logística de distribuição existente à época de sua criação. (e.g., zonas rurais, áreas e equipamentos de mineração, etc.). Por essa razão, desde muito antes da Lei do Petróleo, quando a regulação do setor decorria das competências dadas pelo Decreto-Lei 395, de 29 de abril de 1938, ao Conselho Nacional do Petróleo, a atividade do TRR possuía uma abrangência restrita e direcionada para a comercialização do óleo diesel a consumidores finais que deteriam equipamentos ou instalações que demandariam a entrega do produto em domicílio em localidades que as distribuidoras não conseguiam atuar.

vi) Assim, com relação aos três tópicos colocados em discussão na TPC, entendemos que a extinção das proibições e obrigatoriedades impostas à atividade do TRR pode ser realizada desde que o TRR se regularize a exercer a atividade de distribuição de

		<p>vii)</p> <p>combustíveis, obtendo todos os direitos dos distribuidores, mas atendendo as mesmas obrigações e deveres a estes atribuídos pela legislação.</p> <p>Não sendo este o caso, tais propostas certamente comprometeriam o setor, pois estaria sendo criada uma assimetria concorrencial, em prejuízo da higidez concorrencial do setor de distribuição de combustíveis e do sistema nacional de abastecimento de combustíveis, uma vez que os requisitos exigidos para o desempenho da atividade de distribuição objetivam, precisamente, a garantia de suprimento, a segurança operacional, a proteção do meio ambiente, a proteção da qualidade do produto e o respeito aos direitos e garantias do consumidor. Vale lembrar, neste sentido, que a maioria dos TRRs já possui capacidade econômica para atender os requisitos tipicamente exigidos dos demais distribuidores, não havendo motivação técnica ou financeira para que tais entidades continuem a usufruir das exceções atualmente existentes.</p>
--	--	---

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: tpc_concorrenciagn@anp.gov.br.